

CONSTITUINTE

*auc pg*

## Subcomissões apressam os trabalhos para não perder o prazo

por Francisco Stella Fagó de Brasília

Para conseguir entregar até esta segunda-feira os seus anteprojetos, as 24 subcomissões da Constituinte precisaram acelerar o ritmo de seus trabalhos e boa parte delas marcou votações para o fim de semana. Se perderem o prazo, as subcomissões perdem também a oportunidade de apresentar as suas propostas. Pelo regimento interno da Constituinte, se o relator da subcomissão não entregar o relatório dentro do prazo, o relator da Comissão assume a atribuição de apresentar novo anteprojeto, no prazo de cinco dias.

Até sexta-feira, já haviam sido votados e aprovados os anteprojetos das subcomissões da ciência e tecnologia, de garantia da Constituição, reformas e emendas, e de orçamento e fiscalização financeira. No início da noite, ainda estavam sendo votados os anteprojetos das subcomissões do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de Tributos. Para o sábado, foram marcadas as votações nas subcomissões dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias, da União, do Distrito Federal e territórios; dos estados; do Poder Judiciário; dos princípios gerais da ordem econômica; e da política agrícola e reforma agrária. O início da votação do anteprojeto do deputado Fernando Gasparian

(PMDB-SP), relator da subcomissão do sistema financeiro, foi marcado para domingo.

Gasparian manteve as propostas fundamentais do projeto original. Propõe a limitação da taxa de juro em 12% reais ao ano; a criação de uma comissão especial do Congresso com poder de veto a decisões do Executivo sobre emissão de títulos e moeda; e a proibição de bancos estrangeiros receberem depósitos no Brasil. O relator fez duas alterações no projeto original. Uma delas foi alterar a redação do dispositivo que extinguiu as cartas patentes. No anteprojeto que será levado à votação, propõe a proibição de autorizações para funcionamento de instituições financeiras serem alienadas ou negociadas.

Outra alteração suprime um dispositivo que admitiria a interpretação de que o governo deve indenizar os depositantes quando a instituição financeira é liquidada. Na nova versão, Gasparian sugere a criação de um fundo de seguros destinado a cobrir perdas de depósitos até determinado limite. Na subcomissão de tributos, o anteprojeto apresentado pelo deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) manteve as propostas fundamentais da primeira versão. Das 456 emendas apresentadas, Coelho acolheu 122. O texto foi aprovado por 17 votos. Não houve voto contrário.

## As propostas do projeto de Fogaça

por Andrew Greenlees de Brasília

Depois de examinar 305 emendas que recebeu dos membros da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte, o senador José Fogaça, do PMDB gaúcho, completou seu anteprojeto, que deverá ser discutido e votado pela subcomissão neste fim de semana. O texto de Fogaça mantém o mandato de quatro anos, sem direito à reeleição para o presidente da República, enquanto o sistema de governo chamado "neoparlamentarismo" sofre algumas alterações.

A primeira delas refere-se à dissolução da Câmara. No relatório preliminar apresentado na semana passada, a Câmara dos Deputados poderia rejeitar duas indicações de primeiro-ministro feitas pelo presidente. A seguir, passaria aos deputados a responsabilidade de escolher um nome. Caso não conseguissem maioria, a Câmara seria dissolvida.

De acordo com o novo texto, a Câmara deveria elaborar uma lista com três nomes para o cargo de primeiro-ministro e o presidente anotaria um. Se fracassasse na tentativa de conseguir apoio majoritário aos nomes da lista, a Câmara seria dissolvida.

Fogaça também incluiu no anteprojeto o princípio da consulta individual aos parlamentares por parte dos presidentes dos partidos majoritários. Assim, antes de discutirem com o presidente da República a indicação do primeiro-ministro, as bancadas já teriam sido ouvidas. "A

idéia é evitar decisões de cúpula", explicou ontem a este jornal o relator Fogaça.

Outra modificação: no relatório anterior, Fogaça previa que a Câmara teria cinco dias para apresentar "moção reprobatória" ao plano de governo apresentado pelo primeiro-ministro. A nova proposta amplia o prazo para dez dias.

### CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

Quanto às próximas eleições presidenciais, fixadas para o dia 15 de novembro de 1988, o anteprojeto determina a realização das convenções partidárias que escolherão os candidatos no período de 23 de julho a 7 de agosto do mesmo ano. Segundo Fogaça, este prazo evita que a campanha eleitoral interfira nos trabalhos constituintes.

Na opinião do senador gaúcho, o sentimento parlamentarista é claramente majoritário no Congresso, mas o que ele chama de "interesses presidenciais, atuais e futuros" tornarão bastante disputada a votação da matéria neste final de semana.

O sistema parlamentarista também foi proposto pelo deputado José Jorge, do PFL de Pernambuco, relator da Subcomissão do Poder Legislativo. A votação de seu anteprojeto começará hoje pela manhã. "O relatório defende a descentralização do Poder Legislativo, com a valorização das subcomissões, enquanto fica para o plenário a discussão dos grandes temas", disse o deputado, que recebeu 384 emendas.